

Revista das Revistas

ARNOLD WALD

Revue de Droit International et de Droit Comparé publicado pelo *Institut Belge de Droit Comparé*, 1954, n.ºs 2-3.

A revista Belga de direito comparado contém cerca de cem páginas compreendendo uma homenagem ao professor holandês e grande internacionalista que foi E.M. Meijers além de artigos de direito comercial, social e conflitos de leis. A lei espanhola de sociedades de responsabilidade limitada é analisada por Gay de Montella, a responsabilidade civil dos órgãos de administração nas sociedades por ações por Pierre Coppens, os conflitos de leis e de soberania por Raymond Vander Elst e o direito social esboçado nos seus recentes desenvolvimentos por Lagase e Jeronimo Remorino. O presente número ainda comporta crônica jurisprudencial e notas bibliográficas além de numerosos relatórios sobre os congressos internacionais da União dos magistrados, do Comité Internacional de Direito Comparado, do IV.º Congresso da Academia internacional de direito comparado e da XV.º Congresso da União Internacional dos Advogados.

Revista Forense, Rio de Janeiro, vol. 154 julho e agosto de 1954.

O presente número da *Revista Forense* é em parte dedicado ao estudo da regulamentação do direito de greve cujo ante-projeto, apresentado ao Ministro da Justiça, publica. Diversos artigos focalizam o problema dos limites do direito de greve: Carlos Medeiros Silva esboça a *regulamentação do direito de greve*, assinalando as restrições possíveis; Seabra Fagundes detém-se mais longamente sobre o *direito de greve* e suas consequências na esfera administrativa enquanto Paulo Carneiro Maia aponta os aspectos constitucionais da greve e Moacir Lobo da Costa dedica o seu estudo à *Greve nos serviços públicos*, enquanto Valdomiro Lobo da Costa faz referências ao direito comparado em artigo intitulado *A greve na Itália e no Brasil*. Ainda encontramos pareceres sobre a matéria da Comissão especial do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Consultor Geral da República.

Na parte de jurisprudência encontramos diversos acórdãos relativos ao direito administrativo. O mandado de segurança n.º 1607 que firmou a jurisprudência do Supremo Tribunal em relação aos direitos dos extranumerários mereceu um comentário do Professor Caio Tácito.